
	<p style="text-align: center;"> Prefeitura Municipal de Sobral Secretaria da Ouvidoria, Gestão e Transparência – SEGET Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE Comissão Executiva do Vestibular – CEV/UECE </p> <p style="text-align: center;"> Concurso Público de Provas e Títulos e de Provas para Provimento de Cargos Efetivos com Lotação na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e no Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Sobral e Formação de Cadastro de Reserva Edital Nº 01/2019 – SEGET/PMS, 18 de setembro de 2019 </p>	
--	---	---

PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE ANALISTA DE GESTÃO SERVIÇO SOCIAL CÓDIGO 04

DATA DA APLICAÇÃO: 01 DE DEZEMBRO DE 2019
DURAÇÃO: 4 HORAS
INÍCIO: 9 HORAS TÉRMINO: 13 HORAS

Nome: _____	Data de Nascimento: _____
Nome de sua mãe: _____	
Assinatura: _____	Sala Nº _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

A perseverança é aliada dos vitoriosos.

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Língua Portuguesa – 10 questões;
- Conhecimentos Gerais – 10 questões;
- Conhecimentos Específicos – 40 questões.

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 3, que é o número do gabarito deste caderno de prova. Essa informação também se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

- **SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.**
- **OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.**

LEIA COM ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

1. O candidato deverá verificar se seu caderno de prova, com 60 questões, está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
2. O candidato deverá preencher os campos em branco da capa da prova, com as devidas informações.
3. A folha de respostas será o único documento válido para a correção da prova. Ao recebê-la, o candidato deverá verificar se seu nome e número de inscrição estão corretos. Se houver discrepância, deverá comunicar imediatamente ao fiscal de sala.
4. A folha de respostas não deverá ser amassada nem dobrada, para que não seja rejeitada pela leitora óptica.
5. Após receber a folha de respostas, o candidato deverá ler as instruções nela contidas e seguir as seguintes rotinas:
 - a. copiar, no local indicado, duas vezes, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a frase que consta na capa do caderno de prova;
 - b. marcar, na folha de respostas, pintando completamente, com caneta transparente de tinta azul ou preta, o interior do círculo correspondente ao número do gabarito que consta no caderno de prova;
 - c. assinar a folha de respostas 2 (duas) vezes.
6. As respostas deverão ser marcadas, na folha de respostas, seguindo as mesmas instruções da marcação do número do gabarito (item 5 b), indicando a letra da alternativa de sua opção. É vedado o uso de qualquer outro material para marcação das respostas. Será anulada a resposta que contiver emenda ou rasura, apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou, ainda, aquela que, devido à marcação, não for identificada pela leitura eletrônica, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
7. O preenchimento de todos os campos da folha de respostas da Prova Objetiva será da inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
8. Será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral o candidato que se enquadrar, dentre outras, em pelo menos uma das condições seguintes:
 - a. não marcar, na folha de respostas, o número do gabarito de seu caderno de prova, desde que não seja possível a identificação de tal número;
 - b. não assinar a folha de respostas;
 - c. marcar, na folha de respostas, mais de um número de gabarito, desde que não seja possível a identificação do número correto do gabarito do caderno de prova;
 - d. fizer, na folha de respostas, no espaço destinado à marcação do número do gabarito de seu caderno de prova, emendas, rasuras, marcação que impossibilite a leitura eletrônica, ou fizer sinais gráficos ou qualquer outra marcação que não seja a exclusiva indicação do número do gabarito de seu caderno de prova.
9. Para garantia da segurança, é proibido ao candidato copiar o gabarito em papel, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, **o gabarito oficial preliminar e o enunciado das questões da prova** estarão disponíveis na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 02 de dezembro de 2019 e a **imagem completa de sua folha de respostas** estará disponível a partir das 17 horas do dia 11 de dezembro de 2019.
10. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral.
11. Por medida de segurança, não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar, dentro da sala de prova, nos corredores ou nos banheiros: armas, aparelhos eletrônicos, gravata, chaves, chaveiro, controle de alarme de veículos, óculos (excetuando-se os de grau), caneta (excetuando-se aquela fabricada em material transparente, de tinta de cor azul ou preta), lápis, lapiseira, borracha, corretivo e objetos de qualquer natureza (moedas, clips, grampos, cartões magnéticos, carteira de cédulas, lenços, papeis, anotações, panfletos, lanches, etc.) que estejam nos bolsos de suas vestimentas, pois estes deverão estar vazios durante a prova. Todos esses itens serão acomodados em embalagem porta-objetos, disponibilizada pelo fiscal de sala, e colocados debaixo da carteira do candidato, somente podendo ser de lá retirados após a devolução da prova ao fiscal, quando o candidato sair da sala em definitivo.
12. Bolsas, livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação, bonés, chapéus, lenços de cabelo, bandanas ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular deverão ser apenas colocados debaixo da carteira do candidato.
13. Na parte superior da carteira ficará somente a caneta transparente, o documento de identidade, o caderno de prova e a folha de respostas.
14. Será permitido o uso de água para saciar a sede e de pequeno lanche, desde que acondicionados em vasilhame e embalagem transparentes, sem rótulo ou etiqueta, e fiquem acomodados debaixo da carteira do candidato, de onde somente poderão ser retirados com autorização do fiscal de sala. A inobservância de tais condições poderá acarretar a eliminação do candidato, de acordo com a alínea **g** do item **92** do Edital que rege o Certame.
15. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos, após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas; estando nessa condição, o candidato que se recusar a permanecer na sala de prova, no aguardo dos demais candidatos, será eliminado do Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Sobral, de acordo com a alínea **i** do item **92** Edital que rege o Certame.
16. O candidato, ao sair definitivamente da sala, deverá entregar a folha de respostas e o caderno de prova, assinar a lista de presença e receber seu documento de identidade, sendo sumariamente eliminado, caso não faça a entrega da folha de respostas.
17. Os recursos relativos à Prova Objetiva deverão ser interpostos de acordo com as instruções disponibilizadas no endereço eletrônico www.uece.br/cev.

LÍNGUA PORTUGUESA

Mulheres dizem não às armas e sabem o porquê

Decreto que facilita posse de armas pode elevar número de feminicídios no Brasil

Ana Carolina Pekny e Natália Pollachi

1 Há uma estreita relação entre a presença
2 de armas em residências e mortes de
3 mulheres no Brasil. E a preocupação sobre o
4 aumento dos casos de feminicídios cresce
5 com o decreto que facilita a posse de armas,
6 assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Em
7 2017, a cada duas horas 44 mulheres foram
8 agredidas fisicamente, 14 foram estupradas e
9 uma foi morta, segundo o Anuário Brasileiro
10 de Segurança Pública. Diante desse nível de
11 violência, promotores do armamento civil têm
12 usado a defesa da mulher como um de seus
13 principais argumentos, algo profundamente
14 problemático por vários motivos.

15 Em primeiro lugar, porque usurpa e distorce a
16 voz feminina. Usurpa, pois, no Brasil este
17 debate tem sido quase exclusivamente
18 masculino. Quando o palanque é
19 compartilhado, é para que mulheres
20 referendam o discurso iniciado e concluído por
21 homens. Distorce, porque nos utiliza como
22 argumento para uma mudança que a maioria
23 de nós não quer. Segundo pesquisa do
24 Datafolha de dezembro de 2018, 61% da
25 população em geral e 70% das mulheres
26 são contra a flexibilização da posse de armas.

27 Em segundo lugar, porque se vale de duas
28 narrativas deturpadas. De um lado, a
29 narrativa de que homens precisam se armar
30 para defender “suas” mulheres, colocando-as
31 ao lado de suas propriedades e sob os
32 desígnios de uma decisão alheia; de outro, a
33 de que as mulheres precisariam se armar
34 para se defenderem.

35 O discurso de que é necessário armar os
36 “homens da família” para que se tornem
37 defensores das mulheres ignora que o
38 ambiente doméstico é um dos mais perigosos
39 para esse grupo. Nele ocorreram duas a cada
40 três das agressões contra mulheres e três a
41 cada 10 das mortes violentas (40% delas,
42 com armas de fogo) em 2016, segundo o
43 Datasus. O mesmo levantamento mostra que
44 metade das agressões em casa foram
45 praticadas por pais, padrastos ou parceiros, e
46 que a presença da arma escala as agressões,
47 tornando-as rapidamente letais – 60% das
48 violências contra mulheres praticadas com
49 armas de fogo terminaram em morte, contra
50 7% dos demais tipos de agressão.

51 Já a ideia de que mulheres precisam se armar
52 para se defenderem ignora o peso do fator

53 surpresa, que faz com que apenas estar
54 armada não implique em proteção. O uso da
55 arma para autodefesa requer que ela esteja
56 em local de alcance imediato e municada.
57 Uma arma nessas condições poderia ser
58 tomada e usada contra a vítima ou causar
59 acidentes, especialmente em casas com
60 crianças. Além disso, o uso da arma para
61 defesa pessoal pressupõe treinamento
62 constante, algo muito distante da realidade
63 de quase toda a população.

64 Por fim, o argumento sugere que cabe às
65 mulheres tentar garantir sua integridade,
66 desviando-se da responsabilidade estatal de
67 garantir sua segurança. Mais eficiente, lógico
68 e seguro seria reforçar a conscientização da
69 igualdade de direitos, o atendimento integral
70 às vítimas, o investimento no monitoramento
71 das medidas protetivas e na investigação e
72 punição de agressores. A maioria de nós não
73 quer ter que tentar se defender com uma
74 arma em punho, muito menos nos tiroteios
75 que se proliferarão com as duas partes
76 armadas – lembrando que a compra de armas
77 é sempre maior entre homens.

78 O aumento do número de armas em
79 circulação, em casa ou na rua, expõe as
80 mulheres a mais riscos. Bradar que mais
81 armas evitarão sua vitimização é falacioso e
82 não serve ao propósito de protegê-las, mas
83 sim de abandoná-las à própria sorte. As
84 mulheres dizem não a esse contrassenso.
85 Ouçam-nos.

Ana Carolina Pekny, 33, é pesquisadora do Instituto Sou da Paz. **Natália Pollachi**, 29, é coordenadora de projetos do Instituto Sou da Paz.

Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/19/opinion/1547931975_861982.html Acesso em 03/10/2019.

01. Considerando o contexto de produção e circulação, é correto afirmar que o texto em estudo

- A) prevê, como destinatários, leitores interessados por decisões políticas, das quais decorrem muitos dos seus direitos sociais; além de os pressupor, como um grupo que detém certo grau de letramento.
- B) tem como enquadramento o contexto literário, explorando o universo das representações simbólicas, das visões metafóricas, ilustradas com dados de pesquisas.
- C) pertence ao domínio da literatura que costuma ser publicada em suportes do jornalismo e que supõe uma abordagem literária dos fatos do dia a dia.
- D) apresenta-se em uma linguagem típica da oralidade coloquial para adequar-se às exigências próprias do campo social discursivo do jornalismo formador de opinião.

02. Analisando o esquema de composição do texto, é correto afirmar que

- A) aborda, em seu conteúdo, uma questão de ordem político-social, alheia a circunstâncias da esfera pessoal das autoras, o que fica caracterizado pela omissão de marcas (verbais e pronominais) de primeira pessoa.
- B) expõe alguns dados de pesquisa visando a cumprir o caráter eminentemente explicativo do seu conteúdo, o que não compromete a orientação argumentativa que, no caso, prima pela isenção de opinião explícita.
- C) predominam as características de um texto opinativo, pois as autoras expressam seus pontos de vista, apoiadas em argumentos consistentes, em relação à opinião das mulheres a respeito da posse de armas.
- D) apresenta uma trama, com espaço definido (a casa da vítima), envolvendo agentes (homens, mulheres), um conflito (feminicídio) e desfecho (posicionamento das mulheres contra a posse de armas).

03. Em “Já a ideia de que mulheres precisam se armar para se defenderem...” (linhas 51-52), o uso do advérbio destacado indica

- A) substituição de palavra ou expressão.
- B) início da conclusão do texto.
- C) retomada referencial.
- D) mudança de assunto.

04. A respeito da última frase do texto “Ouçam-nos.” (linha 85), é correto afirmar que o

- A) destinatário da frase são as mulheres.
- B) tempo da ação verbal está no presente.
- C) verbo ouvir está no modo indicativo.
- D) pedido é formulado por homens e mulheres.

05. Há uma correta relação entre as palavras sublinhadas na frase e a significação em

- A) “... é para que mulheres referendem o discurso iniciado e concluído por homens.” (linhas 19-21) = endossem, avalizem.
- B) “... porque usurpa e distorce a voz feminina.” (linhas 15-16) = apropria-se legitimamente.
- C) “...nos tiroteios que se proliferarão com as duas partes armadas...” (linhas 74-76) = convergirão em, concentrarão em.
- D) “...mais armas evitarão sua vitimização é falacioso...” (linhas 80-81) = genuíno, legítimo.

06. Em relação à colocação pronominal padrão, é correto afirmar que há um(a)

- A) mesóclise em “... a narrativa de que os homens precisam se armar para defender...” (linhas 28-30), pelo fato de o pronome átono se encontrar no meio de dois vocábulos tônicos.
- B) emprego proclítico ao gerúndio ligado por hífen em “... a presença da arma escala as agressões, tornando-as rapidamente letais...” (linhas 46-47).
- C) próclise em “...porque nos utiliza como argumento para uma mudança que a maioria de nós não quer.” (linhas 21-23), devido à conjunção anteceder o verbo.
- D) ênclise em “muito menos nos tiroteios que se proliferarão com as duas partes armadas...” (linhas 74-76), devido ao verbo estar no futuro do presente e antecedido de advérbio.

07. No que concerne às regras do uso ou não do hífen, assinale a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente.

- A) contra-harmônico — anti-higiênico — plurianual
- B) inter-relação — des-humano — antiaéreo
- C) bem-humorado — pára-quedas — autoestrada
- D) decreto-lei — norteamericano — lusobrasileiro

08. Em relação aos elementos sublinhados em “Em 2017, a cada duas horas 44 mulheres foram agredidas fisicamente, 14 foram estupradas e uma foi morta, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública...” (linhas 06-10), é correto afirmar que

- A) todos podem ser classificados como numerais.
- B) “duas” é um numeral substantivo.
- C) “segundo” é um numeral ordinal.
- D) “duas” e “uma” são palavras classificadas como numerais.

09. Assinale a opção que **CONTRARIA** as regras de concordância segundo a norma padrão.

- A) 30% do público assistiu à entrevista do presidente.
- B) Votou apenas as mulheres favoráveis ao pleito.
- C) Mais de um jornal fez alusão à notícia.
- D) Faz dez meses que o presidente decretou a flexibilização da posse de armas.

10. Por meio da estrutura da palavra, pode-se identificar a classe a que ela pertence. Há uma correta associação entre o sufixo destacado e a classificação na palavra

- A) igualdade [-dade] = adjetivo.
- B) preocupação [-ção] = verbo.
- C) rapidamente [-mente] = advérbio.
- D) falacioso [-oso] = substantivo.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Desde 2007, segundo informações do INEP, os alunos da rede pública municipal de Sobral, tanto os do 5º ano, quanto os do 9º ano do ensino fundamental, têm atingido pontuação geral mais alta do que as metas projetadas pelo IDEB. Nas duas últimas avaliações, em 2015 e 2017, o município teve a primeira posição na avaliação nacional, e na avaliação de 2017 foi o único a ultrapassar a pontuação 9 para alunos do 5º ano (Sobral 9,1).

Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Com base no exposto e no que se conhece sobre a educação em Sobral e no Ceará, é correto afirmar que

- A) o crescimento dos índices de qualidade de educação deve-se estritamente ao polo de educação superior de Sobral que forma professores qualificados.
- B) o desenvolvimento de Sobral na educação pública é um fato isolado, posto que o estado do Ceará não tem apresentado melhoras nesses índices.
- C) a melhora nos índices de educação, apesar de desejado, não tem impacto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município.
- D) o aumento de investimentos e a melhora da governança pública na área da educação fazem de Sobral um exemplo a ser seguido.

12. De acordo com o Decreto 9.203/2017, a Governança Pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que deve avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, buscando a melhor condução das políticas públicas e o aprimoramento da prestação dos serviços de interesse da sociedade. Considerando os princípios da Governança Pública, assinale a opção que **NÃO** corresponde a um deles.

- A) ausência regulatória
- B) confiabilidade
- C) transparência
- D) capacidade de resposta

13. O Brasil tem visto, nos últimos tempos, o retorno de doenças que se acreditava erradicadas, como o sarampo, a poliomielite, a rubéola e a difteria. O reaparecimento dessas doenças é

- A) reflexo da ausência de uma política nacional de vacinação pública e do elevado valor das vacinas, inacessíveis à população.
- B) resultado da queda da cobertura vacinal devido à crença de que a vacina provoca a doença ou que esta não mais existe.
- C) causado unicamente pelo retorno de turistas brasileiros que visitaram países onde não há cobertura vacinal.
- D) aspecto de menor importância na saúde coletiva, pois tratam-se de males que não apresentam risco à população.

14. Reconhecida como Capital Regional pelo IBGE desde 2008, Sobral tem importante papel na cultura cearense e nacional, com filhos ilustres que levaram o nome da cidade e do estado para o Brasil e para o mundo. Assinale a opção que **NÃO** corresponde a um artista nascido em Sobral.

- A) Luiz Carlos Barreto, diretor e produtor de cinema, com mais de 50 obras produzidas.
- B) Antônio Carlos Belchior, cantor e compositor que integrou o pessoal do Ceará e lançou diversos discos solo.
- C) Domingos Olímpio Braga Cavalcanti, advogado e escritor, autor de romances e peças teatrais, dos quais Luzia-homem é o mais conhecido.
- D) Alberto Nepomuceno de Oliveira, compositor, pianista e regente, autor de óperas e pai do nacionalismo na música erudita brasileira.

15. Segundo dados do IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará) a produção energética do Ceará tem uma participação majoritária de base não renovável, a termelétrica, com 52,32% da produção do estado; em segundo lugar, com 47,53%, está uma fonte de matriz renovável e bastante abundante em nossa região, que é

- A) a energia eólica, principalmente próximo ao litoral, com muitas usinas no estado, fazendo do Ceará o terceiro maior produtor do Brasil.
- B) a energia hidrelétrica produzida em grandes represas construídas nos principais rios cearenses, o Jaguaribe e o Acaraú.
- C) a energia de matriz fotovoltaica que se destaca por ser mais barata e pela grande incidência solar na região Nordeste.
- D) a produção de energia a partir da força das ondas oceânicas que chegam ao litoral, também conhecida como energia ondomotriz.

16. Alguns serviços públicos são de realização obrigatória pelos municípios: prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão o transporte coletivo; manter programas de educação infantil e de ensino fundamental, e ofertar serviços de atendimento à saúde da população. Outros são de realização facultativa, ao menos teoricamente, embora essenciais para a realidade de quaisquer municípios: serviço público de coleta de resíduos sólidos; serviço público de coleta e tratamento de efluentes líquidos; serviço de iluminação pública; serviço de limpeza e varrição de ruas; serviço de fornecimento de energia elétrica; serviço de fornecimento de água.

Adaptado de GURGEL, Carlos Sérgio. *Serviços Públicos Municipais e seu Papel na Concretização de Direitos Fundamentais no Espaço Urbano*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/71867/servicos-publicos-municipais-e-seu-papel-na-concretizacao-de-direitos-fundamentais-no-espaco-urbano>

Com base no excerto, é correto afirmar que

- A) o acesso à água potável e limpa e o direito ao saneamento, apesar de facultativos, são essenciais para o gozo da vida e dos direitos humanos.
- B) alguns serviços públicos, tidos como facultativos, são fundamentais para a garantia de direitos humanos, como o acesso ao transporte coletivo e a oferta de ensino fundamental.
- C) embora obrigatórios, a coleta de resíduos sólidos e de efluentes líquidos não são essenciais para a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos.
- D) a oferta de serviços de atendimento à saúde da população e de limpeza e varrição de ruas são obrigatórios, pois tratam do mesmo aspecto, a manutenção da saúde pública.

17. Leia atentamente o fragmento a seguir:

“Possui um acervo de quase cinco mil peças, considerado o 5º do Brasil em arte-sacra e decorativa [...]. Fundado em 1951 e inaugurado em 1971, [...] conserva a memória de Sobral e dos municípios norte-cearenses”.

Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1419/>

O patrimônio histórico e cultural existente em Sobral, a que o excerto acima se refere é o/a

- A) Pinacoteca de Sobral.
- B) Museu Diocesano Dom José de Sobral.
- C) Igreja Nossa Senhora do Patrocínio.
- D) Museu Madi de Sobral.

18. Leia atentamente o seguinte trecho de uma matéria jornalística:

“A cor do céu de Fortaleza mudou na última semana devido a partículas de queimadas na África, de acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme). De acordo com o órgão, parte da fumaça e gases provenientes das queimadas que acontecem na África estão conseguindo cruzar o oceano Atlântico Sul, chegando até o litoral cearense, a mais de 6 mil quilômetros de distância”.

Disponível em:
<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/08/29/cor-do-ceu-de-fortaleza-muda-devido-a-particulas-de-queimadas-na-africa-diz-funceme.ghtml>

Considerando o excerto acima e o conhecimento que se tem sobre o assunto, é correto afirmar que

- A) os ventos que circulam no mundo influenciam apenas as regiões próximas de onde se formam, portanto esse fenômeno é uma anomalia.
- B) a ação dos ventos ao redor do planeta não representa perigo algum às populações, pois a poluição de uma área circula, apenas, por regiões próximas.
- C) a poluição das queimadas representa danos apenas para a saúde humana, a natureza se recupera com rapidez dos efeitos danosos dos gases liberados.
- D) da mesma forma que os ventos da África influenciaram a coloração do céu do Ceará, os ventos originados da Amazônia umedecem o sudeste do Brasil.

19. Em viagem aos EUA, o presidente Jair Bolsonaro pediu o apoio norte-americano para que o Brasil entre, como membro, na OCDE. Sobre essa organização, é correto afirmar que

- A) é a aliança militar dos países desenvolvidos do hemisfério norte e que fazia frente às antigas nações comunistas do Pacto de Varsóvia.
- B) é a maior organização mundial de comércio, com 164 países, na qual o Brasil teria concessões especiais como um país em desenvolvimento.
- C) é a organização de países capitalistas que busca desenvolver os Direitos Humanos e os Programas Sociais no mundo.
- D) é uma organização com 36 países, entre eles europeus e os EUA, que permite aos membros participar de acordos de cooperação econômica.

20. O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e seus incisos trazem, segundo Eduardo Bittar, “uma ética administrativa, com acentuado tônus para a moral administrativa, com vistas à digna e proba atuação dos agentes públicos em atividades essenciais desenvolvidas pelo Estado, com vistas ao desenvolvimento de uma cultura do respeito ao erário público e às necessidades sociais, com vistas à formação de uma consciência generalizada da solidez institucional dos órgãos do Estado”.

Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-08/RBDC-08-125-Eduardo_Bittar.pdf

A partir do que infere Bittar, pode-se afirmar corretamente que

- A) a ética aplicada ao serviço público está desvinculada de qualquer estrutura normativa e deve basear-se somente na ética praticada na sociedade.
- B) somente uma ética superior, como a religiosa ou a política, justifica ao servidor público descumprir os princípios constitucionais de ética administrativa.
- C) os princípios que estabelecem o que é aceito nas ações dos servidores e órgãos públicos já estão precisamente definidos no texto constitucional.
- D) no que se refere à conduta ética do servidor público, o artigo 37 da Constituição Federal é apenas sugestivo e não imperativo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre mediação, é correto afirmar que

- A) ainda que nela se busque a instalação de um ambiente de acolhimento da fala e da escuta das partes envolvidas, para que expressem livremente suas percepções e clarifiquem suas visões, cabe ao mediador ser diretivo no processo de construção conjunta de vias ou alternativas de resolução do conflito.
- B) o mediador tem o poder de julgar, daí por que deve encontrar-se técnica e emocionalmente preparado para apresentar um conjunto de saídas para o conflito instaurado, uma vez que as partes estão sem condição de construí-las.
- C) somente quando fracassadas as tentativas de composição de acordo entre as partes, o mediador, enquanto autoridade para impor a melhor solução, deve adotar medidas com vistas a instaurar a harmonia entre elas, ou, em última instância, determinar a cessação do conflito.
- D) ao mediador não cabe induzir as partes à feitura de acordo; entre suas funções está a de facilitar a comunicação entre elas, de forma clara, sem ruídos, de modo a propiciar que as mesmas construam saídas, vias ou alternativas para a situação de conflito.

22. O agir profissional dos assistentes sociais regula-se tanto pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, quanto pelo Código de Ética dos Assistentes Sociais. Em relação a este código, está correto afirmar que

- A) é da competência do Conselho Federal de Serviço Social, mediante ampla participação da categoria, e em processo conjuntamente desenvolvido com os Conselhos Regionais de Serviço Social, processar alterações em seu conteúdo.
- B) quaisquer alterações em seu conteúdo só serão processadas, após o envio de Projeto de Lei à Câmara de Deputados ou ao Senado Federal, mediante a anuência de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) do total de profissionais com registro regular nos Conselhos Regionais de Serviço Social de sua atuação.
- C) compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social provocar o Ministério Público Federal, apresentando-lhe as demandas, expressas pela categoria em consulta pública, no tangente às alterações que se pretende processar em seu conteúdo.
- D) seu conteúdo não pode sofrer modificações parciais, exceto, por ato do Poder Executivo Federal, mediante requerimento do Conselho Federal de Serviço Social, e somente quando as alterações se impuserem por motivos de natureza ideológica que firam princípios morais vigentes.

23. A primazia da responsabilidade na condução da política de assistência social recai

- A) ora sobre o Estado, ora sobre a sociedade civil.
- B) sobre o Estado em cada esfera de governo.
- C) sobre o Governo Federal.
- D) tão-somente sobre o município.

24. O Estatuto do Idoso prescreve que seja garantida ao idoso a reserva de 5% (cinco por cento) de vagas em estacionamentos

- A) públicos tão-somente. No caso da iniciativa privada, tal reserva é facultativa.
- B) públicos. Em relação aos estabelecimentos privados, a reserva é obrigatória, quando o estacionamento dispuser de um total de vagas igual ou superior a 10 (dez).
- C) públicos e privados, observando-se ainda o posicionamento das mesmas, a fim de que seja assegurada comodidade ao idoso.
- D) públicos e privados, desde que esse percentual não comprometa a garantia do direito dos demais usuários ao estacionamento.

25. A única profissional de Serviço Social de uma unidade hospitalar privada afastou-se de suas atividades para gozo de licença maternidade. Após afastamento, tomou conhecimento de que um assistente social, lotado em outra unidade da mesma rede hospitalar, indicara um aluno concludente do curso de Serviço Social, estagiário no setor em que este assistente social trabalha, para substituí-la durante o período de sua licença. Comprometendo-se, inclusive, a validar atos e assinar documentos quando necessário.

Cumprindo o que determinam o Código de Ética do Assistente Social e a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, que regulamenta o exercício da profissão de assistente social, a profissional em gozo de licença maternidade

- A) deve avaliar a conveniência de comunicar o fato ao Conselho Regional de Serviço Social, porque poderá incorrer em quebra de sigilo profissional, em razão de sua denúncia resultar em exposição desnecessária da empresa em que trabalha.
- B) tem o dever de comunicar ao Conselho Regional de Serviço Social a ocorrência que comporta, entre outras faltas, o exercício ilegal da profissão, considerando, sobretudo, a gravidade do fato, por envolver o patrocínio e o acobertamento de assistente social.
- C) deve apenas orientar o estagiário quanto ao fato de ele não se encontrar ainda habilitado para o exercício da profissão. Ademais, cabe-lhe adverti-lo quanto aos prejuízos financeiros decorrentes do não recebimento de salário compatível com as funções que estará exercendo.
- D) deve tão-somente alertar a direção da unidade hospitalar para os possíveis riscos, decorrentes da atuação do estagiário, que possam resultar em danos a terceiros, e redundar em perdas financeiras para empresa.

26. O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é constituído por:

- A) estados e municípios; órgãos de defesa de direitos humanos; Conselho Nacional de Assistência Social.
- B) entidades da rede socioassistencial; estados e municípios; Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social.
- C) Ministério Público; entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social; conselhos de assistência social.
- D) entes federativos; conselhos de assistência social dos respectivos entes; entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei Orgânica da Assistência Social.

27. No Estado brasileiro, a imputabilidade penal

- A) garantida aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, não isenta de responsabilização adolescentes autores de atos infracionais, nem os livra de sanções legais.
- B) assegura, sob quaisquer circunstâncias, ao adolescente o direito de não ser responsabilizado por atos considerados crimes ou contravenções penais, exceto quando presente o dolo ou a má-fé.
- C) determina tão-somente que os menores de 12 (doze) anos de idade não sejam conduzidos à delegacia, ainda que flagrados na prática de atos infracionais.
- D) está diretamente vinculada à capacidade de discernimento da criança e do adolescente quanto ao caráter ilícito do ato que pratica.

28. O adolescente CBM, 17 (dezesete) anos de idade, foi flagrado na prática de ato infracional descrito como dano ao patrimônio público. Conduzido à delegacia, após ser ouvido pela autoridade policial, e não restando dúvida quanto à autoria do fato, esta achou por bem aplicar ao adolescente a medida socioeducativa de reparação de danos. Determinou que o adolescente realizasse a pintura de um dos bancos da Praça da Matriz, que fora por ele danificado. E, finalizada a reparação, o mesmo deveria, mais uma vez, apresentar-se à autoridade policial, a fim de receber os documentos e pertences que ficaram retidos na delegacia.

A situação descrita aponta um caso exemplar de abuso de autoridade. Considerando o que está explicitado no enunciado da questão, assinale a opção que contém uma incontestável afronta ao que prescreve o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) Aplicação de medida socioeducativa desproporcional ao ato praticado pelo adolescente, considerando-se que o dano foi ao patrimônio público.
- B) Tomada para si de prerrogativa de que não é detentor: a aplicação de quaisquer das medidas socioeducativas é de competência do Juiz da Infância e da Juventude ou do juiz que exerça essa função.
- C) Negligência da autoridade policial no tocante ao fato de não haver levado em conta a possibilidade de o adolescente não ter capacidade de discernir o caráter ilícito do ato praticado.
- D) Inadequação na escolha da medida socioeducativa aplicada, uma vez que, não tendo sido concluído todo o procedimento investigativo, as únicas medidas socioeducativas possíveis de aplicação, pela autoridade policial, são advertência e prestação de serviços à comunidade.

29. Um adolescente de 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses de idade foi flagrado no cometimento de um ato infracional com emprego de violência contra a pessoa. Algumas emissoras de TV noticiaram o ocorrido. Cada repórter fez uma série de afirmações em relação ao que julgava que iria acontecer ao adolescente.

Tomando como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () O adolescente não poderá ficar internado por período maior que 45 (quarenta e cinco) dias.
- () O adolescente poderá ser submetido ao cumprimento de medida socioeducativa de internação, inclusive com possibilidade de cumpri-la pelo tempo máximo previsto em lei, que é de 3 (três) anos.
- () Considerando que, à data do fato, o autor do ato infracional tinha 17 (dezessete) anos e 11 (meses), o mesmo só poderá ficar privado de liberdade até a data em que completar 18 (dezoito) anos de idade.
- () Se, cumprindo medida socioeducativa de internação, o jovem atingir 21 (vinte e um) anos de idade, será compulsoriamente liberado.
- () Caso o juiz determine a internação provisória do adolescente, ele deverá lavrar a sentença em até 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de obrigar-se a liberá-lo, a fim de que aguarde o desfecho do procedimento e a sentença em liberdade.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V, F, V, F, F.
- B) V, F, F, V, F.
- C) F, V, F, V, V.
- D) F, V, V, F, V.

30. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) assegura a seus destinatários, entre outros direitos, o de atendimento prioritário. Vale salientar que tal direito é extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência ou a seu atendente pessoal, **EXCETO** no tangente à prioridade relativa a

- A) atendimento nos serviços de emergência públicos e privados, consoante os protocolos de atendimento médico.
- B) atendimento com finalidade de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- C) acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
- D) recebimento de restituição de imposto de renda.

31. A Mineradora Alfa Três, localizada na cidade de Termas, município de médio porte, assumiu publicamente a responsabilidade no tocante ao rompimento de uma barragem de contenção de rejeitos. O desastre produziu efeitos devastadores, exigindo do prefeito a decretação de estado de calamidade pública. Diante desse cenário, é correto afirmar que

- A) só estão legalmente obrigados a prestar socorro à população os profissionais habilitados a executar ações relacionadas a primeiros socorros, à segurança ambiental e alimentar.
- B) o Código de Ética dos Assistentes Sociais prescreve, entre os deveres do assistente social, o de participar de programas de socorro às populações que se encontrem em situação de calamidade pública, com o fim de assegurar o atendimento e a defesa dos interesses e necessidades dessas pessoas.
- C) cabe exclusivamente à empresa mineradora adotar todas as providências relacionadas ao socorro às vítimas e contratar profissionais de distintas áreas, entre os quais, assistentes sociais, para dar encaminhamento às demandas das pessoas prejudicadas com a catástrofe.
- D) os assistentes sociais só ficam obrigados a participar de programas de socorro a populações atingidas por catástrofes, quando, entre as vítimas, houver pessoas que, comprovadamente, caracterizem-se como público-alvo da política de assistência social, em razão de uma situação prévia de vulnerabilidade e risco social.

32. O questionário é um dos instrumentos de que o pesquisador dispõe para obter resposta para o problema de pesquisa que formulou. Antes de aplicá-lo na amostra de sua pesquisa, sugere-se que seja realizado pré-teste com outro grupo, a fim de que possam ser corrigidas possíveis falhas, imprecisões, inadequações, lacunas que venham a comprometer o processo ou os resultados de sua investigação. Em relação ao pré-teste, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é suficiente a aplicação de dois a três questionários, pois os erros já serão detectados imediatamente.
- B) deve ser aplicado com grupos que apresentem características semelhantes às da amostra a ser investigada.
- C) pode ser repetido diversas vezes com distintos grupos, com o fim de corrigir problemas detectados.
- D) os respondentes devem, posteriormente, ser entrevistados para que apontem as dificuldades, porventura, sentidas.

33. A pesquisa que emprega como fonte de obtenção de dados, entre outros, decretos, leis, normas, portarias, alvarás, fichas, protocolos, inventários, testamentos, registros de nascimentos e de óbito, escrituras, processos criminais é denominada

- A) pesquisa oficial.
- B) estudo de coorte.
- C) pesquisa documental.
- D) pesquisa exploratória.

34. A entrevista, técnica largamente empregada na investigação social, é compreendida como “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 2013, p. 81). Sobre a entrevista, é correto também afirmar que, no desenvolvimento desse diálogo, sempre estará presente a

- A) confiança.
- B) assimetria.
- C) exatidão.
- D) verdade.

35. Assinale a opção que corresponde ao método de investigação social que apresenta, entre outras, as seguintes características: baseado, necessariamente, em trabalho de campo; procede à descrição detalhada de um povo e seu modo de vida; é indutivo, dialógico; recorre a mais de uma técnica no processo de coleta de dados; requer do pesquisador disponibilidade de tempo para interação com os grupos estudados.

- A) Método dialético
- B) Método fenomenológico
- C) Método experimental
- D) Método etnográfico

36. O Estatuto da Juventude trata, entre outras coisas, dos direitos dos jovens, que, na definição da lei, são pessoas que tenham entre

- A) 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.
- B) 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.
- C) 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos de idade.
- D) 17 (dezessete) e 30 (trinta) anos de idade.

37. Com o propósito de dar precisão ao conceito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha define unidade doméstica como

- A) o espaço de convívio permanente tanto de pessoas com vínculo familiar, quanto de pessoas que não apresentem esse vínculo, incluindo-se também aquelas agregadas de forma esporádica.
- B) o local em que residam pessoas de uma mesma família, cujo convívio obrigatoriamente seja contínuo e duradouro.
- C) a comunidade constituída por pessoas que guardem, entre si, laços de parentesco; ou que, não sendo aparentadas, sintam-se ligadas por afinidade.
- D) somente o espaço de habitação compartilhado pelas figuras parentais ou apenas uma delas e seus descendentes e ascendentes.

38. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, destina-se à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais. Para concessão desse benefício, a lei impõe ainda o critério de que a família apresente uma renda mensal *per capita*

- A) inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo, no caso do idoso, e, no caso da pessoa com deficiência, de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário-mínimo.
- B) inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo, no caso do idoso, e de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário-mínimo, se a pessoa com deficiência for menor de 18 (dezoito) anos.
- C) inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo para ambos os casos.
- D) igual a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo para ambos os casos.

39. Com a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as crianças e os adolescentes passaram à condição de sujeitos de direitos. Isso impôs, no plano legal, a substituição da doutrina, então vigente, por outra que lhes assegurasse o exercício de tal condição. Em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente era sancionado, instaurando-se, desse modo, nova ordem legal, uma nova perspectiva, reconhecida como

- A) Doutrina da Proteção Integral.
- B) Doutrina da Pessoa em Processo de Desenvolvimento.
- C) Doutrina da Proteção Social.
- D) Doutrina da Situação Irregular.

40. Um dos instrumentos da política de universalização do acesso ao saneamento básico é o

- A) Programa Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.
- B) Plano Nacional de Abastecimento de Água e Esgoto.
- C) Programa de Municipalização dos Recursos Hídricos.
- D) Plano Municipal de Saneamento Básico.

41. O órgão ao qual compete regular, entre outros serviços públicos, o de abastecimento de água e esgotamento sanitário em inúmeros municípios do estado do Ceará é a

- A) Agência Reguladora Intermunicipal de Serviços Públicos e Concessões.
- B) Agência Estadual de Monitoramento e Controle de Serviços Públicos e Concessões.
- C) Controladoria Geral do Estado.
- D) Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.

42. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que trata, entre outros aspectos, das condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, além da organização e do funcionamento dos serviços correspondentes à garantia do alcance desses propósitos, classifica, entre outros elementos, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais como

- A) direitos socioassistenciais.
- B) determinantes e condicionantes da saúde.
- C) direitos fundamentais do ser humano.
- D) indicadores no processo de avaliação do alcance das ações de saúde.

43. Três dos itens apresentados a seguir configuram-se como estratégias, mecanismos ou instrumentos tanto de combate à discriminação, à exclusão de populações, segmentos sociais, indivíduos, quanto de inclusão dos mesmos. Assinale a única opção cujo item **NÃO** pode ser reconhecido como tal.

- A) Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
- B) Programa Universidade para Todos (Prouni)
- C) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)
- D) Estatuto da Igualdade Racial

44. Considerando as características das políticas sociais existentes durante o período da ditadura militar instituída no Brasil em 1964, é correto afirmar que **NÃO** é característica dessas políticas sociais a

- A) existência de mecanismos de impedimento da privatização da saúde, previdência e educação.
- B) expansão e modernização de políticas sociais como estratégia para conquistar legitimidade e adesão aos projetos dos governos militares.
- C) extensão de cobertura previdenciária para empregadas domésticas, jogadores de futebol, ambulantes e trabalhadores autônomos.
- D) instituição da Renda Mensal Vitalícia, benefício previdenciário, para maiores de 70 (setenta) anos de idade e inválidos, mediante atendimento a outros requisitos.

45. Tartuce (2019, p. 301), ao discorrer sobre a mediação de conflito, traça o perfil do mediador que, como diz, “precisa ser apto a trabalhar com resistências pessoais e obstáculos decorrentes do antagonismo de posições [...]”. Mediar constitui uma tarefa complexa que demanda preparo, sensibilidade e habilidade [...]”. Nesse sentido,

- A) o mediador deve agir como se fosse um juiz que, com imparcialidade, aplica o que determina a lei.
- B) não cabe ao mediador agir como um psicólogo, uma vez que toda sua escuta tem o propósito didático e, não terapêutico.
- C) é indicado que o mediador seja um operador do Direito, tendo em vista que vai lidar com conflito de interesses, com direitos em disputa.
- D) cabe ao mediador ter firmeza na condução dos diálogos, recorrendo inclusive aos dispositivos legais como forma de eliminar os antagonismos que originaram os conflitos.

46. Os estudos de Behring e Boschetti (2011) deixam evidente que as políticas sociais podem ser concebidas e analisadas sob perspectivas teórico-metodológicas distintas. Descrevem uma perspectiva de compreensão e análise de política social que torna imperativo que as dimensões histórica, econômica, política e cultural sejam tomadas como elementos que se articulam, encontrando-se estreitamente ligados, sendo, portanto, vistos como integrativos da totalidade. Assim, é correto afirmar que as autoras se referem à perspectiva

- A) crítico-dialética.
- B) fenomenológica.
- C) funcionalista.
- D) sistêmica.

47. Assinale a afirmação cujo teor **NÃO** contraria o previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- A) As salas de cinema ficam obrigadas a oferecer recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência em 50% (cinquenta por cento) das sessões; os teatros deverão disponibilizar tais recursos em $\frac{1}{4}$ (um quarto) do total de apresentações de cada peça teatral, garantindo-se, pelo menos, 1 (uma) apresentação por dia de espetáculo encenado.
- B) Comprovada a necessidade e previamente solicitada, a pessoa com deficiência, em processo seletivo para ingresso e permanência em cursos de instituições públicas ou privadas de ensino superior, educação tecnológica e profissional, terá direito à dilação do tempo para realização das provas e de atividades acadêmicas.
- C) Os espaços e assentos reservados às pessoas com deficiência devem ser dispostos em local de boa visibilidade, próximos a corredores, mas em setores exclusivamente reservados a elas, devidamente sinalizados, evitando-se o risco de obstrução das saídas.
- D) O Poder Público é obrigado a instalar, nos locais de votação, seções eleitorais exclusivamente destinadas à pessoa com deficiência, evitando-se, dessa forma, tanto o risco de ela ter seu direito de votar e ser votada desrespeitado, quanto de ser submetida a constrangimento pela não garantia de instalações e de equipamentos apropriados, acessíveis.

48. Determina o Código de Ética do Assistente Social que, tanto nas relações com o profissional de Serviço Social, quanto nas relações com profissionais de outras categorias, o assistente social tem o dever de

- A) manter-se solidário, sem desconsiderar, no entanto, os atos e comportamentos que firam o que está prescrito no Código de Ética, nesse caso, quando se tratar de assistentes sociais exclusivamente.
- B) não submeter, sob hipótese alguma, assistentes sociais ou quaisquer outros profissionais à crítica pública.
- C) quando se afastar de suas funções, prestar a quem o substitua todas as informações indispensáveis à continuidade do trabalho.
- D) quando ocupar cargo de chefia, estimular a participação de seus subordinados em eventos, cursos de aprimoramento profissional, dando preferência aos profissionais de Serviço Social, quando houver limite de vagas.

49. Com base no preceituado na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão do assistente social, ou no descrito no Código de Ética do Assistente Social, assinale com **V** o que for verdadeiro e com **F** o que for falso.

- () Vistorias, perícias técnicas, laudos periciais são atividades de cunho fiscalizador, portanto, não são atribuições do assistente social.
- () A direção e a coordenação de unidades de ensino e curso de Serviço Social são atribuições privativas do assistente social.
- () Compete ao assistente social realizar estudos de caso e emitir pareceres tão-somente quando se tratar de demandas relacionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
- () No exercício da profissão, o assistente social é obrigado a utilizar o número de seu registro no Conselho Regional de Serviço Social.
- () O assistente social que não tenha registro no Conselho Regional de Serviço Social fica obrigado a apor, à assinatura, o número de seu CPF em todos os documentos que emitir.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) F, F, V, F, V.
- B) V, F, V, V, F.
- C) V, V, F, F, V.
- D) F, V, F, V, F.

50. A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, no estabelecimento das diretrizes nacionais para saneamento básico, amplia este conceito. Com base nessa concepção instaurada no instrumento legal, é correto afirmar que **NÃO** são abarcadas pelo saneamento básico as seguintes ações ou serviços:

- A) abastecimento de água potável; drenagem e manejo das águas fluviais, incluindo sua retenção com o fim de amortecer vazões de cheias.
- B) limpeza urbana; coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários.
- C) esgotamento sanitário; drenagem de águas pluviais urbanas, tratamento e disposição final dessas águas.
- D) coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final de lixo doméstico; abastecimento de água potável.

51. O Sistema Único de Saúde (SUS) tem, conforme a Constituição Federal de 1988, direção única em cada esfera de governo. Nesse sentido, é correto afirmar que

- A) são de competência da direção estadual do SUS a formulação, a avaliação e o apoio às políticas de alimentação e nutrição, bem assim, a coordenação e a execução de ações e serviços de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária.
- B) compete à direção nacional do SUS a definição e a coordenação do sistema de rede de laboratórios de saúde pública, assim como o estabelecimento de normas e a execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, que pode, inclusive, ser complementada pelos estados, municípios e Distrito Federal.
- C) a direção municipal do SUS é competente para controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde, assim como para estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária dos produtos de uso humano.
- D) no âmbito do Distrito Federal, à direção do SUS cabe participar na formulação e na implementação da política de controle das agressões ao meio ambiente; compete-lhe também participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho.

52. Pelo Estatuto do Idoso, está assegurada a gratuidade do transporte coletivo público, nos seguintes termos:

- A) toda pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos tem direito a transporte coletivo público urbano, evidentemente, que sendo obedecida a cota diária prevista pelas empresas para a concessão de isenção de tarifa.
- B) a gratuidade da passagem está garantida aos idosos, mas seu ingresso no transporte coletivo público fica condicionado à disponibilidade de assentos do veículo, cuja reserva gira em torno de 10% (dez por cento) do total de assentos.
- C) esta garantia é assegurada aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, quando em uso do transporte coletivo público urbano e semiurbano. Tratando-se de serviços especiais e seletivos, essa garantia não se efetiva, desde que, paralelamente, sejam prestados serviços regulares.
- D) idosos na faixa etária compreendida entre 60 (sessenta) e 64 (sessenta e quatro) anos, comprovando hipossuficiência de recursos, podem buscar inclusão no Cadastro Único (CadÚnico) dos programas de assistência social para obtenção de passe livre.

53. O movimento feminista marcou e vem, cada vez mais, marcando presença no cenário nacional. Em distintos momentos da história do país, ele empunhou bandeiras, fincou trincheiras em prol da construção de um projeto societário mais justo. Considerando a cronologia que apresenta as lutas encetadas ou incorporadas pelo movimento feminista no Brasil, assinale a opção **INCORRETA**.

- A) Emergência de lutas com objetivo de construir a hegemonia de um feminismo restrito ao culturalismo — década de 1960.
- B) Crescimento do número de organizações de mulheres, em cuja pauta constava a reivindicação ao direito de voto e à proteção legal à mulher trabalhadora — a partir dos anos 1920.
- C) Envolvimento na luta pela redemocratização do país e na luta para pôr fim à carestia — curso da década de 1940.
- D) Criação do Movimento Feminino pela Anistia e crescimento dos movimentos feministas no Brasil, na esteira do processo de redemocratização do país — a partir do final da década 1970.

54. No processo de planejamento, a planificação, em última instância, expõe de forma sistemática as atividades e procedimentos a serem desenvolvidos com o fim de alcançar os resultados previstos. Os documentos onde se encontram detalhadas tais decisões apresentam-se sob distintos níveis: de poder decisório, de alcance e de detalhamento. Assinale a opção que apresenta, corretamente, esses documentos em grau crescente de nível de decisão.

- A) Plano, Programa, Projeto
- B) Política, Programa, Projeto
- C) Plano, Política, Programa
- D) Projeto, Programa, Plano

55. De acordo com a Lei Maria da Penha, nos casos de violência familiar e doméstica contra a mulher,

- A) o autor não poderá ser condenado à pena que o prive de liberdade, exceto nos casos em que a agressão resulte em morte.
- B) a pena aplicada ao agressor deve, necessariamente, ser acompanhada do encaminhamento do mesmo a programas de recuperação e reeducação.
- C) fica a critério da vítima a recusa de recebimento de indenização por danos morais e materiais, em favor da aplicação de outra penalidade ao seu agressor.
- D) fica proibida a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.

56. No Brasil, o movimento estudantil rompeu com a descontinuidade das lutas e o isolamento dos segmentos estudantis, a partir da

- A) criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, e sua legitimação como entidade máxima de representação dos estudantes brasileiros.
- B) promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, que garantia aos estudantes o direito à livre organização e associação.
- C) manifestação nacional, ocorrida na década de 1970, em defesa do ensino público e gratuito, extensivo à universidade.
- D) campanha "O Petróleo é Nosso", que exigia a destinação de parte dos lucros, obtidos com a exportação de seus produtos, para o desenvolvimento da educação.

57. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, a fiscalização de entidades de assistência social compete ao

- A) Centro de Referência de Assistência Social e Conselho Gestor da Assistência Social de cada esfera de poder.
- B) Conselho Estadual de Assistência Social e Secretaria Municipal de Assistência Social ou órgão correlato.
- C) Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, em seus específicos âmbitos.
- D) Ministério Público Estadual e Comissões Bipartites.

58. No conjunto de direitos que o Estatuto da Juventude consagra aos jovens, há alguns que se destinam àqueles que são pertencentes a famílias de baixa renda. Para fins de garantia de tais direitos, este estatuto considera família de baixa renda aquela

- A) cuja renda *per capita* seja de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário-mínimo e que não receba qualquer benefício pecuniário da política de assistência social.
- B) que recebe o Benefício de Prestação Continuada, por encontrar-se em situação de vulnerabilidade e risco social.
- C) assistida pelo Centro de Referência da Assistência Social, cuja renda *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário-mínimo.
- D) inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) de Programas Sociais do Governo Federal, cuja renda mensal seja de até dois salários-mínimos.

59. Em "Cinco notas a propósito da 'questão social'", José Paulo Netto (In *Temporalis*, 2001, p.45) afirma que a "'questão social' é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo". Assim sendo, com base no que diz o autor, é correto concluir que

- A) as políticas sociais constituem um meio eficaz de pôr fim às desigualdades sociais e, por consequência, a questão social.
- B) para pôr fim à questão social, faz-se necessária a reinstalação do Estado de Bem-Estar Social.
- C) no sistema do capital, a questão social inexoravelmente terá existência; ela é um de seus efeitos inelimináveis.
- D) quando o capitalismo alcançar seu desenvolvimento pleno, a questão social será, processualmente, extinta.

60. O Estatuto do Idoso indica duas instituições em que as entidades governamentais e não governamentais de assistência a idosos são obrigadas a inscrever seus programas e especificar o regime de atendimento prestado, quais sejam:

- A) Ministério Público Estadual, caso não exista Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e Conselho Estadual da Pessoa Idosa.
- B) Órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, ou, não existindo este, Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa.
- C) Conselho Estadual da Pessoa Idosa e Centro de Referência de Assistência Social.
- D) Conselho Municipal da Pessoa Idosa e, na falta deste, Conselho Municipal de Assistência Social, e órgão que, no âmbito do município, execute a política de atendimento à pessoa idosa.